



JORNAL DE DEBATES

SÃO PAULO, 2 de agosto de 1974 — ANO XXIX — nº 4 — Cr\$ 3,00

Circula (via aérea) em MANAUS, ALTAMIRA, RIO BRANCO, SANTARÉM, MACAPÁ E BOA VISTA ao preço de Cr\$ 4,40

O Peru, espinha atravessada na garganta do imperialismo

Em entrevista concedida a Evaldo Diniz, o embaixador Alberto Ruiz Eldredge responde à campanha que, inclusive no Brasil, vem sendo movida pelo capitalismo internacional contra a Revolução peruana

Depois de 32 anos escondido nos arquivos da diplomacia secreta, é publicado documento sobre as origens da histórica discórdia entre a União Soviética e a China



LIMEIRA TEJO

Os norte-americanos levantaram vôo num teco-teco, enquanto nós — apesar de ainda nos encontrarmos na cabeça da pista — estamos esquentando as turbinas de um avião a jato

CLOVIS MOURA

comenta às resoluções do congresso da sociedade brasileira para o progresso da ciência

O EMPRESÁRIO EUROPEU ESTÁ EM PÂNICO

Fala ao JD sobre os percalços do cinema brasileiro o cineasta Xavier de Oliveira

MONÓLOGO DAS GRANDEZAS DO BRASIL

Limeira Tejo

1 Mais de trezentos anos já se passaram desde que, numa das capitâneas do Nordeste, foram escritos os **Diálogos das Grandezas do Brasil**. Nessa obra, dois povoadores imaginários discorrem longamente sobre as riquezas e as possibilidades da nova terra. O de nome Brandônio faz uma descrição entusiástica dos inesgotáveis recursos que se oferecem nos três reinos da natureza. Mas o outro, chamado Alviano — a quem a realidade feria mais do que seduzia a fantasia — acha de perguntar:

— Pois de que nasce haver tanta carestia de todas essas coisas, se me dizeis que abunda de todas elas?

Para muita gente, no Brasil dos nossos dias, a resposta dada por Bradônio à desilusionante pergunta de Alviano é, ainda, a que melhor põe a nu a razão do atraso em que nos debatemos. Isto é, continua sendo **por culpa, negligência e falta de indústria dos moradores** que o País — tão portentosamente rico — tem vivido, praticamente, a marcar passo através da sua história.

Assim, para os negativistas — adeptos da teoria sobre uma longa dança à beira do abismo — somos um povo fundamentalmente incapaz. Ora, em se tratando de nações, não há competentes ou ineptos por natureza, pois mesmo os habitantes da antiga Beócia — exemplo clássico de indolência coletiva — poderiam ter-se transformado em enérgicos construtores de impérios. Bastaria que azedassem as laranjas que, sem esforço, colhiam pelas beiras de estrada da sua terra fertilíssima.

Nos albores da sua história, era o Brasil um paraíso tropical, onde — a não ser quanto ao fabrico do açúcar — ninguém precisava amassar o pão com o suor do rosto, desde que não fosse negro. De outra parte, Portugal nem tinha grandes necessidades, nem o adequado potencial de povoamento, para explorar a fundo o seu imenso domínio ultramarino. Bastar-lhe-ia — como bastou durante trezentos anos — escravizar um punhado de africanos para que fossem arranhando a extensa borda litorânea de um continente miraculoso.

Sem mercado interno que a forçasse a um aproveitamento intensivo das riquezas descritas por Brandônio — e cheia de suspeitas com relação a qualquer intercurso ou contato da sua colônia com o mundo exterior — por que iria Lisboa molestar-se com a ocupação econômica de milhões de quilômetros quadrados de terra inóspita? Por que, mesmo, se mantinha praticamente indisputada — com reducidos efetivos militares — a sua posse da vasta área?

2 No mesmo decênio daquele longínquo Seiscentos em que foram escritos os **Diálogos das Grandezas**, Frei Vicente do Salvador repisava com outras palavras o tema da **negligência e falta de indústria** dos colonizadores portugueses. E, até hoje, repetindo a pejorativa comparação do antiquíssimo frade, costuma-se falar figurativamente numa **civilização de caranguejos** para a expressar a convicção de que os brasileiros não possuem a menor vocação para o papel do Príncipe Encantado pelo qual espera a Bela Adormecida nas entranhas de um dos mais ricos impérios geográficos do planeta.

O fato, porém, é que Brandônio com a sua resposta e Frei Vicente do Salvador com o seu desapontamento demonstraram que ignoravam a verdadeira natureza dos desafios que estavam sendo feitos, da mesma forma que usam de má fé os que — nos nossos dias — procuram explicar a vagarosidade do nosso desenvolvimento em termos de **fatalidades**: de clima, de mestiçagem, de falta de capitais. E, menos perguntando do que afirmando o seu ponto-de-vista derrotista, indagam então: por que ficamos tão atrás dos Estados Unidos se, entre aquele País e o nosso, não existe praticamente diferença quanto à extensão territorial, o potencial de riqueza e a própria idade política?

No entanto, tratando-se de um problema de filosofia da história, essa disparidade de avanço das duas nações precisa ser evidenciada pela comparação de dois fenômenos e não de duas situações. Com efeito, não são da mesma categoria as curvas da evolução brasileira e norte-americana. E isso não apenas quanto às leis-de-variação de cada uma como, também, quanto aos planos em que se desenvolvem. Não podem ser postas lado a lado, a não ser estatisticamente. Mas os números só expressam dimensões, sem jamais revelarem — por si sós — a essência do processo.

O que há a fazer, pois, é descobrir — na onda profunda da civilização que tem o Brasil por teatro — o que vem sendo escrito certo por meio das linhas tortas dos acontecimentos na superfície. Veremos, então, que — mesmo geograficamente — há um erro fundamental de ângulo, quando se compara os dois países. Hoje, são praticamente da mesma extensão as bases físicas das estruturas políticas das duas nações. Mas, nem sempre foi assim.

3 Ao tempo da independência, o território norte-americano representava, aproximadamente, uma sexta parte do atual. Foi esse território constituído pela aglomeração das treze colônias inglesas ao se libertarem, cuja área — no entanto — nem se estendia por todo o litoral leste dos dias presentes, nem tinha a profundidade que apresenta hoje. No sul, onde essa profundidade era maior, a linha de penetração esbarrava nos Alleghany: uma cadeia de montes que, na escala continental do moderno mapa estadunidense, não passa de um acidente costeiro.

Com toda certeza, retrucarão os negativistas: por que, então, os Estados Unidos chegaram rapidamente a tanto partindo de tão pouco, enquanto nós — no mesmo prazo — alcançamos tão pouco tendo começado de tanto? A resposta correta não é a que se estriba na desigualdade de capacidades nacionais. A diferença entre os progressos dos dois países se deve ao que, até há bem pouco, se tinha como **caprichos da história**. Isto é, não foram os mesmos os desafios a que tiveram de responder os brasileiros e os norte-americanos, bem como — antes das duas nações — os dois colonizadores.

O tema remonta, assim, à prehistória das duas nacionalidades. Portugal, por força das **desnecessidades** da sua sociedade medieval, preocupou-se unicamente com as equações geopolíticas do seu domínio de uma vasta área, enquanto a Inglaterra tinha por objetivo fundar um império mercantil. O que importava, para Lisboa, era firmar-se num continente com reduzidos contingentes de povoamento. Já para Londres, o que tinha importância era a criação de um sistema mundial de esferas de produção que se complementassem comercialmente. E a maré da história, naquele momento, estava a favor do plano inglês, pois estavam sendo abertas novas rotas oceânicas e se acelerava, dia a dia, o progresso dos meios de navegação.

4 Foi sob o acicate de uma expansão geográfica que os norte-americanos iniciaram a sua existência de nação independente, enquanto os brasileiros começaram a sua vida emancipada dentro das fronteiras naturais de um continente recebido de mão beijada. E como a necessidade de conquistar espaço é mais estimulante do que a tarefa de conservar o que já se possui, os desafios a que tiveram de responder os Estados Unidos findaram criando as condições para o **take off** da economia menos de um século depois da emancipação política.

De outra parte, devido ao tipo da colonização portuguesa — um esforço a longuíssimo prazo — o Brasil não dispunha, na hora do grito do Ipiranga, de um campo-de-força capaz de gerar os impulsos de progresso compatíveis com o problema de ocu-

par um vastíssimo território. Também não surgiram, em todo o decorrer da centúria passada, as circunstâncias históricas propícias a uma escalada do nosso sistema de produção. As conjunções favoráveis à nossa arrancada só viriam a ocorrer quando — ao impacto das necessidades criadas por duas guerras mundiais — o ímpeto do antigo bandeirismo paulista se resolveu em pioneirismo industrial.

Os Estados Unidos tomaram posição na cabeça da pista no justo momento em que se tornaram uma nação independente — isto é, século e meio antes de nós o fazermos. Hoje, no entanto, está reduzida a umas cinco décadas a distância entre o ponto mais elevado na curva do nosso desenvolvimento e a altura média das ordenadas do progresso norte-americano. E como tempo, nos nossos dias, não é mais uma simples dimensão — mas, principalmente, uma função da velocidade — essa diferença poderá ser eliminada em apenas um decênio.

No transcurso de meia centúria, a partir do término da Primeira Guerra Mundial, o nosso avanço atingiu níveis que a expansão dos Estados Unidos levou cem anos para alcançar. E isso não ocorreu porque nos tivéssemos tornado mais capazes ou em virtude de os nortistas do hemisfério terem ficado menos. Simplesmente eram mais poderosos os instrumentos postos à nossa disposição. De outra parte, a população cresceu e passou a intercomunicar-se e a permutar bens com mais intensidade, fazendo com que o mercado interno adquirisse dimensão continental. Por fim, os norte-americanos levantaram vôo num teco-teco, enquanto nós — apesar de ainda nos encontrarmos na cabeça da pista — estamos esquentando as turbinas de um avião a jato.

5 Há mais de três séculos, Brandônio atribuiu à negligência e falta de indústria dos moradores o fato de — como observou Alviano — haver tanta carestia de coisas que abundavam. Se ressurgisse nos nossos dias, relacionaria certamente — como era do seu feitio ufanista — os recursos de que dispõe o Brasil para tornar-se uma potência mundial. Como responderia ao companheiro se este — continuando presa do ceticismo — lhe perguntasse, então: pois de que nasce tanta frustração, se são muitos os meios que temos para nos desenvolvermos rapidamente?

Talvez a história nada lhe tenha ensinado durante o passar de trezentos anos e meio. Então, como os herodianos de hoje, diria que a vagarosidade em nos erguermos à altura das nossas riquezas é devida à resistência que temos oposto, jacobinicamente, à participação dos capitais estrangeiros nas nossas tentativas de expandir a economia. Mas, se tivesse progredido em sabedoria, concluiria que não é por serem pouco industriais e diligentes — ou por lhe faltarem recursos de origem externa — que os brasileiros se demoram a furar a barreira do atraso.

Veria Brandônio — se tornado mais sábio no decorrer de três séculos e meio — que a negligência nacional foi condicionada pelo fato de não haver desafios a responder a não ser no princípio: os que foram feitos pelos invasores e saqueadores da costa. E estes foram enfrentados com tanto engenho e decisão, que o continente chegou intato às nossas mãos. Agora, como antigamente, o problema é de conjuntura histórica, não adiantando procurar satisfazer necessidades que ainda não existem, ou criá-las — com o abrir das portas às empresas multinacionais — em desacordo com o que está determinado pelos nossos interesses.

A inteligência do momento que estamos vivendo — e só a possuem os que são verdadeiramente estadistas — é que deve dar a medida das iniciativas no sentido de desenvolver aceleradamente o País.

JORNAL DE DEBATES

Diretor: LIMEIRA TEJO
Secretário: Paulino Rolim de Moura

Sucursal do Rio (GB) Diretor: EVALDO DINIZ
Luiz Josal — Joatan Vilela Berbel
Rua Sen Dantas, 19 — conj. 406 Tel: 242-3844

Gerente: Severino Souto Maior
Arte: Edison Braga
Diagramação: José Carlos Castanho
Herminio Comis Filho

Clóvis Moura, Osvaldo Donadio, Tito Batini,
Pascoal Melantonio, Mônica Schmidt, E.
Tavares.

Redação e Administração:
Avenida São João, 239 — 7º andar
Fone: 228-4663 — SÃO PAULO
Impressão: DIÁRIO DO GRANDE ABC S/A
Rua Catequese, 562 — Santo André — SP
Distribuição nacional: Abril S/A — Cultural e Industrial
Rua Emílio Goeldi, 575 — São Paulo

Peru, alvo de uma conspiração imperialista

Evaldo Diniz

O dr. Alberto Ruiz-Eldredge é, já de alguns anos, o embaixador do Peru no Brasil. Homem de alto nível, tanto pelo saber como pela força moral, só o fato de o manter em Brasília por tanto tempo — como representante diplomático — é uma prova de que Lima tem em grande apreço as relações entre os nossos dois países: Jurista emérito, reconhecido como uma das maiores autoridades do continente no campo do Direito Internacional, foi um dos relatores do documento da OEA sobre a descolonização da América Latina e a sua voz é uma das que mais forte e argumentativamente se fazem ouvir em defesa da tese do mar territorial de 200 milhas.

Hoje, depois da derrubada do governo Allende — não sendo mais o Chile a espinha atravessada na garganta das multinacionais — a imprensa auto-proclamadamente liberal — na verdade, porém, um instrumento do capitalismo estrangeiro — passou a dirigir as suas baterias contra a revolução peruana. Como esses jornais só contam um lado da história — o dos neocolonialistas — resolvemos ouvir o embaixador Alberto Ruiz-Eldredge.

JD — Embaixador, afirmam alguns jornais que a economia peruana está em crise. Que tem a dizer-nos?

E — No Brasil, é o peruano Manuel Ulloa quem faz afirmações derrotistas pelas colunas de O Estado de S. Paulo. Fá-la, sem nenhum amor à verdade, usando dados falsos, inexatos. Confia, sem dúvida, em que os leitores do jornal paulista não têm condições de conferir as suas distorcidas informações.

JD — Quem é esse sr. Ulloa?

E — Fez parte do governo Belaunde Terry e, naturalmente, não vai revelar o estado de desastre em que se encontrava a economia peruana naqueles tempos.

JD — Poderá descrever-nos a situação àquela época?

E — Praticamente, não tínhamos receita cambial. O nosso crédito era nenhum. Os governantes daquele tempo só se preocupavam com a entrega do petróleo à International Petroleum Company e em colocar todo o sistema de comunicações nas mãos da ITT.

JD — E hoje?

E — O governo revolucionário do general Alvarado recuperou o petróleo de La Brea e Parinas, bem como o sistema de comunicações. Gosamos de crédito em todos os países, inclusive no Brasil.

JD — Que herança teve de liquidar o governo atual?

E — A que não poderia deixar de legar uma política de tramas que beneficiava grupos e empobrecia o povo peruano. O governo Belaunde Terry firmou, com a International Petroleum, um acordo lesivo aos interesses do País, cujo documento tinha onze páginas. Em seguida, foi arrancada a última, na qual estavam incluídas as únicas cláusulas favoráveis ao País. Além disso, foram alteradas as normas de pagamento dos importos. Esse fato foi tornado público por um engenheiro dos quadros daquela administração uns dois meses antes da vitória da revolução de 3 de outubro de 1968. Só esse fato diz bem da falta de autoridade moral dos que, agora, se apresentam como condenadores do regime vigente na minha pátria.

JD — Que representatividade tem Manuel Ulloa no Peru?

E — Nenhuma. Não possui a menor expressão política. De concreto mesmo só existe a sua ligação com a Casa Grace, um dos grupos bancários norte-americanos expropriados pelo governo Alvarado e que tentou bloquear as nossas relações com os Estados Unidos.

JD — É um membro das oligarquias associadas ao capitalismo internacional.

E — Isso mesmo. E sabemos de todas as suas atividades. Está vinculado a certos círculos da Wall Street, empenhados em incompatibilizar o governo peruano com os Estados Unidos. Mas nada conseguiu, pois acertamos com Washington os valores das indenizações de propriedades norte-americanas nacionalizadas, sem fazermos qualquer concessão no nosso conceito revolucionário de soberania.



JD — Os inimigos do Peru, pelo visto, não dormem.

E — Mas já detectamos o seu jogo. Não se detêm mesmo diante de fatos que ferem a sensibilidade, como foi o caso do sr. Antônio Antunes quando, indelicadamente — por duas vezes — tentou atingir o presidente Alvarado com alusões à perda de uma perna. Usou de um pretexto trágico para ofender o chefe de uma nação amiga. Um jornal sério como O Estado de S. Paulo não deveria abrigar a infâmia do jornalista, que tinha outras maneiras de manifestar-se antipático ao Peru.

O desenvolvimento peruano

O embaixador Ruiz-Eldredge passa a fornecer alguns dados que comprovam o desenvolvimento econômico do Peru nos últimos anos. Ressalvando que o per capita não reflete necessariamente o bem-estar de um povo, informa que o rendimento por pessoa no seu País é mais alto do que o da média geral da América Latina. Este ano, a produção de aço atingirá 500 mil toneladas, enquanto ao tempo de Belaunde Terry no poder não existia siderurgia na antiga terra dos Incas. E acrescenta:

— A meta é produzir dois milhões de toneladas de aço em 1976. O ritmo do crescimento desse setor autoriza a afirmar que a atingiremos.

JD — Qual a dimensão e o regime da mineração do ferro?

E — O Estado controla a refinação, fundição e comercialização. No último quinquênio, foram investidos 500 milhões de dólares nessa faixa do sistema da produção, mais do que o fizeram juntos todos os governos anteriores. O fato é que estamos realizando muito mais do que foi feito nos vinte anos precedentes, ao tempo da chamada economia liberal, de regras tão ao gosto dos cartéis internacionais.

JD — Qual o tratamento dado às empresas multinacionais?

E — Estão submetidas a leis estabelecidas com vistas ao interesse do desenvolvimento e à satisfação das urgentes necessidades do povo peruano. No caso do petróleo, não foi dada qualquer concessão, estando sob o controle do governo também a refinação e comercialização. Firms estrangeiras podem associar-se às nossas organizações estatais, mas através de contratos que O Estado de S. Paulo acha muito severos, naturalmente por presidí-los o espírito nacionalista.

JD — Quais os progressos no setor agrícola?

E — Sucessos significativos têm sido obtidos. A reforma agrária impulsionou muito as atividades rurais. Importávamos arroz e, agora, exportamos. A produção de açúcar aumentou de 33% e a de alimentos está crescendo em todas as faixas. A mesma animação pode ser constatada na pecuária. Antes, a carne que consumíamos era comprada na Argentina, no Brasil, na Colômbia e na Nicarágua. Ainda estamos apelando para esses fornecedores, mas os nossos rebanhos se expandem vigorosamente e, muito breve, seremos auto-suficientes nesse setor.

JD — Qual o principal instrumento do progresso no campo?

E — A reforma agrária, que acabou com o latifúndio. Expropriamos as melhores terras, mantidas improdutivas pelas oligarquias e recolocamos os camponeses no domínio do que lhes foi usurpado no passado. Respeitou-se e se continua respeitando a pequena e a média propriedades individuais, desde que apresentem bom nível de produção. A nossa iniciativa nesse setor elevou de muitos graus o padrão de vida das gentes do interior e criou condições para a consecução de todos os organismos internacionais, principalmente da FAO que é uma das mais importantes agências das Nações Unidas.

JD — E o comércio exterior?

E — Podemos citar a sua nação como indicador da expansão intercâmbio externo peruano. Nosso país, em 1972, se destacou no continente como o maior comprador de produtos brasileiros. Naquele ano, o aumento das nossas importações com o nosso grande vizinho foi de 260%, progredindo mais em 1973. No extrato da CACEX, aparecemos como o mercado que, proporcionalmente, mais incrementou o seu intercâmbio com o Brasil.

Os interesses contrariados

O embaixador Ruiz-Eldredge nos informou que o projeto de construção de canais de irrigação em Arequipa — que beneficia 100.000 pessoas — foi retomado depois de cinquenta anos de abandono. Outras obras de infraestrutura, fundamentais, estão sendo realizadas em benefício do povo e não mais, como antes, para gozo de uma minoria privilegiada. O Peru, nesse seu ingente esforço, tem contado com a cooperação internacional, inclusive da União Soviética, que está ajudando na instalação do porto pesqueiro de Paitá.

JD — Explica-se, assim, o recrudescimento da campanha de certa imprensa contra o Peru. Poderosos interesses anti-nacionais estão sendo contrariados.

E — Foi em defesa desses interesses que o sr. Antunes atacou o Peru pelas colunas de O Estado de S. Paulo. Não é outro o que desempenha o sr. Ulloa, usando o mesmo jornal. O último pretende nos incompatibilizar com os Estados Unidos, na esperança de conseguir de Washington apoio para aventuras do seu grupo, inconformado com a perda das condições para continuar explorando o povo peruano. O segundo pretende criar situações de conflito entre nós e os nossos vizinhos, pois chega a afirmar, na parte final de um dos seus artigos, que o meu País tem planos de agressão ao Chile e ao Equador.

JD — Esse Antunes é jornalista brasileiro?

E — Não sei, não o conheço. Em qualquer parte do mundo, no entanto, seria um desses homens de imprensa a soldo de interesses inconfessáveis e que se valem desse tipo de intelectual para confundir a opinião pública.

JD — Pode estar havendo, realmente, uma conspiração, por enquanto jornalística. Acredita que as multinacionais estão por trás das bombas?

E — Estou convencido disso. Empresas como a Cerro de Pasco Co., International Petroleum Company, Standar Oil e algumas pesqueiras estão metidas nessa campanha

odiosa. Isso é do seu feito. Não duvido mesmo que a própria Grace, que foi a melhor que se comportou, não é estranha à ação dos Ulloa e dos Antunes.

JD — A trama é vasta.

E — E são vastos os interesses internacionais contrariados pela política econômica do presidente Alvarado. As multinacionais não se conformam com o controle que exercemos sobre as suas atividades. Mas não estamos sós. Estão conosco os países do Terceiro Mundo que apoiaram a Resolução 330, por nós apresentada, em defesa da soberania e dos recursos naturais das áreas que o imperialismo manteve em atraso por mais de uma centena de anos.

JD — Quem mais está encapuçado?

E — Os fabricantes e fornecedores de armamento. Os chamados mercadores de canhões não se conformam com fato de havermos proposto que a América Latina deixe de comprar armas por um período de dez anos. Não admitem que apliquemos na melhoria da vida dos nossos povos os milhões de dólares que recebem para fornecer instrumentos de morte.

JD — Valem-se, assim, os intrigantes da imprensa.

E — É evidente o seu desejo de que fracassemos na consecução do nosso maior objetivo, que é o da verdadeira integração da América Latina. No dia que esse ideal for atingido, nem mesmo com imprensa e articulistas de encomenda contará o imperialismo.

JD — Qual é outro problema básico da revolução peruana?

E — A educação do povo. Investimos 450 milhões de dólares no setor, direta e indiretamente. A nossa política educacional está dirigida para a paz, o latino-americanismo, a amizade entre os povos e a paz mundial, de acordo com as recomendações das Nações Unidas. Todos os professores trabalham no sentido de construir a solidariedade continental. Temos 200.000 universitários e três milhões de secundaristas.

JD — A sua responsabilidade é grande como um dos relatores do documento da OEA sobre a descolonização da América Latina. Concretamente, o que a revolução peruana tem feito nesse sentido?

E — O Peru apoiou plenamente o Panamá nas reivindicações de sua soberania sobre o Canal. O presidente Alvarado é um estadista fundamentalmente anti-colonista. Vive lutando para que todo o continente faça um esforço conjunto para eliminar os enclaves imperialistas ainda existentes no hemisfério.

JD — Como estão as relações do Peru com Cuba?

E — Nossa política externa está baseada no princípio da integração continental, sem levar em conta as ideologias. Além disso, são vigorosas as nossas relações comerciais com Cuba.

JD — Quer dizer, o problema das relações com Havana é solucionado à luz de um princípio geral.

E — Isso mesmo. É bom lembrar que, antes da viagem do presidente Nixon a Pequim, o Peru já mantinha relações diplomáticas com a República Popular da China. Não nos interessa ir na esteira das grandes potências. Com a nossa decisão independente, não só abrimos um grande mercado asiático para os nossos produtos como obtivemos o apoio dos chineses para a tese sobre o mar territorial de 200 milhas.

JD — É a política interna?

E — Naturalmente, uma revolução com o objetivo de modificar seculares estruturas encontra obstáculos. Posso afirmar, porém, que esses obstáculos, na sua maioria, já foram superados. O Partido Aprista, por exemplo, que teve uma grande base de massa no passado, está solidário com a ação governamental no sentido de abolir um sistema responsável pelo atraso do país. Em fevereiro último, apoiou publicamente o presidente Alvarado no seu esforço para modernizar o Peru e colocar o aproveitamento das suas riquezas em função do crescente bem-estar do povo.



POSIÇÃO DAS EMPRESAS ESTRANGEIRAS ENTRE AS CEM MAIS IMPORTANTES DO PAÍS E RELAÇÃO DAS NACIONAIS ABSORVIDAS, OU EM VIA DE O SER, POR CAPITAIS DE FORA

Levantamento feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

Estamos reeditando esta matéria por ser impossível atender aos leitores que nos solicitam o envio de exemplares do número em que foi publicada.

Materiais não metálicos:

Das cinco principais empresas do setor, três são controladas por capitais estrangeiros, inclusive a mais importante delas. Em 1971, essas organizações de origem externa apresentaram uma rentabilidade líquida média de 28,6% — superior, portanto, à de todo o grupo, que foi de 26,9%. Detinham, ainda, 55,6% do patrimônio nessa faixa de atividades.

Siderurgia e metalurgia:

Das nove principais empresas do setor, quatro são controladas por capitais estrangeiros. Em 1972, apresentaram uma rentabilidade líquida média de 15,9% — acima, assim, da de todo o grupo, que foi de 12,4%. Detinham 18% do patrimônio dessa área de produção.

Construção naval:

A principal empresa do setor — única entre as cem maiores — é controlada por capitais estrangeiros. Apresentou uma rentabilidade líquida média de 33,4%.

Indústria automobilística e de equipamentos de transporte:

Das oito principais empresas do setor, cinco são controladas por capitais estrangeiros que, em 1971, apresentaram uma rentabilidade média de 30% e detinham 90,3% do patrimônio líquido do grupamento.

Material elétrico eletrônico:

Das cinco mais importantes empresas do ramo, três são controladas por capitais estrangeiros. Em 1971, apresentaram uma rentabilidade média de 16% — superior, portanto, à do setor que foi de 11,7% — e detinham 60,8% do patrimônio dessa faixa de atividades.

Indústria química:

Seis são as mais importantes empresas do ramo, das quais duas são controladas por capitais estrangeiros. Estas, em 1971, apresentaram uma rentabilidade mé-

dia de 24%, enquanto a do setor foi de 17,6%. Detinham 10,2% do patrimônio da faixa onde se encontram a PETROBRAS e a PETROQUISA: organizações nas quais o grosso do investimento é de origem pública.

Distribuição de derivados de petróleo:

As quatro principais empresas do ramo são controladas por capitais estrangeiros. Em 1971, apresentaram uma rentabilidade média líquida de 19,9%.

Material plástico:

A única empresa do ramo incluída entre as cem mais importantes que operam no Brasil é controlada por capitais estrangeiros. Em 1971, apresentou uma rentabilidade média de 21%.

Artefatos pesados de borracha:

A única empresa importante do setor é controlada por capitais estrangeiros e, em 1971, apresentou uma rentabilidade média de 21%.

Indústria têxtil:

Das três principais empresas do ramo — relacionadas entre as cem mais importantes em operação no País — duas são controladas por capitais estrangeiros. Em 1971, apresentaram uma rentabilidade média de 20,9% — superior, assim, à do setor que foi de 19%. Detinham 58,9% do patrimônio líquido dessa faixa de atividades.

Indústria farmacêutica:

Uma única empresa do setor está incluída entre as cem mais importantes que operam no Brasil. É controlada por capitais estrangeiros e, em 1971, apresentou uma rentabilidade média de 18,4%.

Indústria de couros e artefatos de tecidos:

A única empresa importante do setor é controlada por capitais estrangeiros. Em 1971, apresentou uma rentabilidade média de 18,7%.

Indústria de alimentos:

Quatro, dentre as cinco principais empresas do ramo, são controladas por capitais estrangeiros.

Em 1971, apresentaram uma rentabilidade média de 20% — superior à do setor, que foi de 19,6%. Detinham, na ocasião, 81,9% do patrimônio líquido dessa faixa de produção.

Bebidas e tabacos:

Das três importantes empresas do ramo, a principal delas é controlada por capitais estrangeiros, detendo 51,6% do patrimônio líquido do setor e apresentou, em 1971, uma rentabilidade média de 30,3%: superior à geral do grupamento, que foi 23,4%.

Uma análise, mesmo rápida, da relação acima leva à conclusão de que é realmente desprezível a posição do empresariado nacional no quadro das atividades econômicas do País. Só nos setores em que operam organizações governamentais é que são menos importantes as companhias controladas por capitais estrangeiros. E não se esgotou, ainda, esse processo de desnacionalização dos nossos meios privados de produção. O levantamento do BNDE nos dá notícia por menorizada das transações em curso no sentido de alienar a propriedade dos nossos instrumentos econômicos — e que são as seguintes:

Polidura: próspera empresa de tintas de São Paulo, adquirida pela DU PONT DE NEMOURS;

Rossi-Servix: um dos mais importantes grupos de engenharia do Brasil, está em negociações com o grupo japonês YUTAKA-ITCH, desconhecendo-se as bases da transação;

Cia. Antártica Paulista: uma das mais importantes fábricas de bebidas do País, em negociações com a KIRIM BEWERIES;

Ouro Branco, S.A.: fábrica de bebidas, em absorção pelo grupo BRASCAN;

Carlos Brito, S.A.: fábricas de produtos alimentares, em processo de absorção pelo grupo BRASCAN;

Gávea Hotelaria e Turismo: em absorção pelo mesmo grupo BRASCAN;

Dedini: importante empresa produtora de equipamentos, em processo de aquisição pela Kawasaki;

Giustina: produtora de máquinas, adquirida pela POCLAIN;

Serviços de utilidade pública:

A segunda maior empresa do ramo — terceira entre as cem maiores do País — é controlada por capitais estrangeiros. Em 1971, sua rentabilidade média foi de 13,4%. Logo abaixo de dois grandes complexos estatais, detinha 16,6% do patrimônio líquido do setor.

Editorial e gráfica:

As duas únicas empresas do ramo, relacionadas entre as cem mais importantes que operam no País, são controladas por capitais estrangeiros. Em 1971, apresentaram uma rentabilidade líquida média de 45,8%.

Sur: fabricante de elevadores, adquirida por grupo dinamarquês;

Thompson-Cofap: grandes produtores de auto-peças, em negociações com o grupo norte-americano DANA;

Supergel: maior produtor brasileiro de alimentos supergelados, em negociações com o grupo europeu MAKRO;

Polegrini: grande distribuidor de auto-peças, adquirido pelo grupo norte-americano DANA.

Cia. Mineira de Cervejas: adquirida pela LIGHT, em associação com empresa canadense do ramo;

Karibê: grande e dinâmica empresa paulista de malhas e confecções associou-se com a C. ITOH em bases que poderão levar o grupo nacional a perder o comando;

Peg-Pag: grande rede de supermercados, adquirida pela CIA. DE CIGARROS SOUZA CRUZ;

Indústria de Couros Atlântica S.A.: um dos maiores cortumes do País, está em negociações finais com grupo japonês (MIDORI-ANZEN) para a venda total;

Duchen: uma das maiores fábricas de biscoitos do País, está em negociações finais para a venda do controle a grupo norte-americano;

Instituto Pinheiros: laboratório farmacêutico — dos poucos que fabricam soros — está em processo de transferência para um grupo estrangeiro;

Lorenzini: laboratório farmacêutico vendido à BAYER;

Ata: fábrica de caldeiras pequenas e médias, foi vendida à MITSUBISHI;

Fumagali: maior fabricante de rodas leves do País, está em negociações finais para ser transferida à MITSUBISHI;

CULTURA-SEMICULTURA-CONTRACULTURA

UM RETRATO (COM ALGUNS RETOQUES) DA NOSSA REALIDADE CULTURAL

Clóvis Moura

Há vinte e seis anos seguidos que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência vem se reunindo, a fim de analisar e debater os mais cruciantes problemas que determinam o atraso e a insuficiência das nossas intuições científicas e, ao mesmo tempo, fazem um balanço objetivo dos progressos alcançados nas diversas áreas do conhecimento.

Esse conclave anual, que já alcançou dimensões internacionais, revive, no seu melhor sentido, as tradições humanistas da nossa cultura, no setor científico, que vem de um Alexandre Rodrigues Ferreira, José Bonifácio, Nina Rodrigues, Roquete Pinto, Pedro Ernesto, Josué de Castro e tantos outros, cientistas que demarcaram, com as suas obras e sua atuação política o conteúdo operacional do conhecimento, a essência dinâmica da inteligência.

Por tudo isto, reveste-se de importância o documento elaborado no final do XXVI encontro da SBPC, no Recife, analisando vários assuntos importantes e fazendo algumas sugestões sobre medidas que deverão ser tomadas para o progresso da ciência no Brasil e da sociedade brasileira no seu conjunto. O memorial abrange as áreas de educação, ciência, relações exteriores, conservação da Natureza, relações humanas, trabalho, energia, agricultura, minérios e problemas dos índios. Vemos, assim, como os congressistas encarregados da elaboração do documento - que foi enviado ao presidente Ernesto Geisel - ao fazerem uma análise globalizadora dos problemas científicos de um modo geral ligando-a à situação objetiva dos nossos dias, levaram em consideração a função social das ciências e das artes, isto é, despiram-se das túnicas das vestais e desceram da torre de marfim para pisarem o solo do cotidiano, com os seus problemas emergentes.

Nem sempre, porém, no nosso entender, focalizaram com a importância merecida certos aspectos da nossa realidade social, perdendo-se em detalhes irrelevantes e enfatizaram outros que nos pareceram de importância menor. Isto demonstra como, apesar de sentirem que, nos nossos dias, as ciências têm uma função social cada vez maior, não apreenderam, na sua totalidade, a importância do cientista como pensador e cidadão, ficando num meio-termo que reflete a indecisão entre a visão do homem de gabinete ou de laboratório e a realidade que o envolve.

Embora não concordemos pessoalmente com muitas das sugestões apresentadas - umas por utópicas, algumas irrelevantes e outras simples remédios para sintomas - achamos, no entanto, que o memorial reflete não apenas a opinião dos cientistas brasileiros mas de uma parte ponderável da nossa população.

DESAPARECE UM VALOR DO TEATRO

Com a morte de Oduvaldo Viana Filho, ocorrida em um hospital da Guanabara, o mundo teatral perdeu um dos seus mais autênticos valores. Filho do teatrólogo Oduvaldo Viana, ele enriqueceu a nossa arte cênica com uma série de peças que ficarão como marcos do nosso desenvolvimento teatral.

Escritor e teatrólogo consciente, sabedor de que toda arte é um compromisso com a sua época, soube, com dignidade, resolver uma série de problemas que se apresentaram e queriam impedir a sua liberdade de criar. Sempre atento às grandes vozes do seu tempo e às correntes de pensamento de vanguarda, Oduvaldo Viana Filho pautava a sua criação por uma abnegação ética para com o seu público, tendo, sempre, se preocupado em fazer um

No setor de educação e ciência, após uma análise convencional da importância das pesquisas de base e da tecnologia como consequência das primeiras, sugere o documento ensino gratuito até o nível universitário, em caráter permanente e que sejam concedidas bolsas aos estudantes necessitados; contratação de cientistas estrangeiros de alto nível em várias áreas do saber, para nos auxiliarem nos cursos de pós-graduação oficiais ou em instituições particulares que mantêm cursos de interesse para o País; criação de cursos de nível superior que venham a atender às necessidades tecnológicas das diferentes regiões do País; aproveitamento do trabalho de cientistas que foram aposentados compulsoriamente ou cassados por motivos políticos e que, atualmente, prestam serviços em universidades de países desenvolvidos; limitação dos prazos de pagamento de direito de patentes e royalties ao mínimo necessário para que as firmas e indústrias iniciem, nos seus laboratórios, a pesquisa que possibilite a substituição de tecnologia importada; necessidade de programas educativos nas TVs; fiscalização da execução do preceito que determina a aplicação de 20% da renda municipal à educação primária; fomento à distribuição de filme científicos e, finalmente, volta ao período de quatro anos dos cursos profissionalizantes.

Na área de relações exteriores os cientistas recomendaram maior aproximação do Brasil com as nações africanas e a criação de programas de rádio sobre o nosso País em Angola e Moçambique. Sobre a conservação da Natureza, expressam os seus receios quanto à adaptação ecológica das futuras gerações, fazendo uma série de sugestões, como a da criação de parques nacionais, aumento de incentivos fiscais para o reflorestamento em lugares de campo limpo; introdução de incentivos fiscais para o reflorestamento com espécies brasileiras; aumento da fiscalização do uso de defensivos prejudiciais ao homem; incentivo à arborização de ruas, praças e estradas; criação nos lagos ou represas, de estações de piscicultura; reflorestamento das margens dos lagos artificiais e criação, nas diversas regiões do Brasil, de laboratórios ecológicos.

Quanto ao problema energético, foram feitas três recomendações: aumentar o potencial energético, pesquisar a melhor maneira de utilizar o vento, mares e o sol como fonte de energia e incentivar o uso da bicicleta, em face da crise de combustível.

No que diz respeito ao setor agrícola, a SBPC recomenda: estruturação de cidades brasileiras de modo que sejam praticamente independentes quanto à produção de alimentos e água; desenvol-

vimento de uma política de incentivos à produção do trigo; construção de grandes armazéns para suprir as populações assoladas pelas secas, inundações ou situações de calamidade pública, e, finalmente, a limitação da exportação de alimentos aos países ricos.

Aborda o documento o setor de minérios com três recomendações: a) - tornar prioritária a capacitação do Brasil para realizar o beneficiamento do minério de exportação no próprio País; b) - providências, a título de defesa nacional, no sentido de proibir a exportação de minério como cromo e manganês, de ocorrência rara e insuficiente, e c) - criação de uma empresa mineral estatal nos moldes da Petrobrás.

Finalmente, sobre os índios, ou melhor, o problema indígena, apresenta apenas uma proposta: criação de uma comissão composta de especialistas, em comum acordo com a SBPC, Academia Brasileira de Ciências e outras instituições, para estudar possíveis modelos de integração gradual do Silvícola à sociedade brasileira, preservando o seu equilíbrio cultural.

Como vemos, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, com a sua autoridade, levantou uma série de problemas que estão de fato, exigindo debate e solução a fim de que a nossa decolagem científica se inicie. Não entendemos, por isto mesmo, porque, ao tempo em que condena a tecnologia importada, surgira a vinda de cientistas estrangeiros, para as nossas universidades, quando, em outro local, constatada que vários dos nossos cientistas estão trabalhando em universidades do exterior. A verdadeira política seria a integração de todo o complexo científico brasileiro em um trabalho conjunto e não suprir-se a evasão de cérebros com a importação de sucedâneos.

Há, de fato, da parte da SBPC uma vontade muito grande de contribuir para o desenvolvimento das ciências no Brasil. Isto é incontestável. Daí o nosso respeito por seu pensamento. Mas, ao mesmo tempo, devemos nos lembrar de que, enquanto as reservas biológicas do nosso povo estão desaparecendo em face de uma série de causas estruturais e conjunturas - que produzem endemias, subalimentação, doenças carenciais de um modo geral - a SBPC se apega muito ao plano universitário, sem verticalizar a análise globalizadora as causas estruturais causadoras do atraso da ciência no Brasil.

Os cientistas brasileiros, no momento em que termina uma reunião do gabarito do Recife, devem amadurecer o seu pensamento para que não fiquem como simples conselheiros do rei, na expressão do sociólogo norte-americano C. Wright Mills, mas tenham disposição de fazer a análise dos nossos problemas de base, pois, como dizia Euclides da Cunha: não se reforma pelas cimalthas.

teatro/arte que refletisse, ao mesmo tempo, as grandes inquietações interiores do Homem e a angústia social dos seus dias.

Começou a sua carreira artística no Teatro Paulista do Estudante, tendo, em seguida, sido um dos mais ativos participantes do Teatro Oficina quando, através do trabalho desse grupo, o teatro bandeirante alcançou um dos seus maiores momentos. Transferiu-se para a Guanabara e lá fundou o Grupo Opinião que vinha desenvolvendo uma atividade das mais fecundas.

A cultura brasileira, atualmente tão carente de verdadeiros valores, ficou com um grande claro, aberto com a morte de Oduvaldo Viana Filho.



OS PERCALÇOS DO CINEMA BRASILEIRO

Existem diversas formas de falar do cinema brasileiro. Uma delas é falar mal. Podemos dizer que carece de boa técnica, bons atores e dos chamados temas palpantes, como o de Love Story. A segunda é a de só elogiar, numa espécie de clube de chauvinismo, de perigosa conotação isolacionista. Ea terceira é a de tratar o assunto menos apaixonadamente — mais dialeticamente — procurando situá-lo em determinados momentos históricos através da análise das boas e más criações, como modelo ideal para se chegar ao aperfeiçoamento técnico e artístico.

Optamos pela última forma. Dai o JORNAL DE DEBATES ter reunido, na Guanabara, uma equipe de entrevistadores (Evaldo Diniz, Josal Luiz, José Guilherme, Jair Rosa Duarte e Armênia de Oliveira) para debater com o cineasta Xavier de Oliveira od diversos aspectos do problema que envolve o desenvolvimento da nossa indústria cinematográfica.

Xavier de Oliveira, pelo trabalho que já realizou — Escravos de Jó (curta metragem), Marcelo Zona Sul, André, Cara e Coragem e (como produtor) Amante Muito Louca — é dono de vasta experiência, adquirida ao longo da árdua luta do cinema brasileiro para sobreviver às intempéries da conjuntura nacional e às investidas do capital estrangeiro.

Evaldo — Em termos empresariais e de realização profissional, sob o ponto-de-vista pessoal, vale a pena fazer cinema no Brasil?

Xavier — Poderia dizer que, com expressão industrial, o cinema brasileiro é ainda muito débil. E por diversos motivos, como falta de incentivos creditícios, deficiência de divulgação no exterior, inexistência de uma legislação protetora e a visível má vontade do exibidor. Dai, se analisarmos a coisa pelo ângulo empresarial clássico, chegaremos à conclusão de que, como expressão industrial, o cinema brasileiro simplesmente não existe.

Evaldo — Bem. E quanto ao aspecto profissional?

Xavier — Há cinco anos, eu daria uma resposta quase otimista. Hoje, estou muito desencantado. Não tenho mais a pureza de 1965, quando comecei. Fiz Escravos de Jó com o peito cheio de esperanças. Depois, fiquei numa busca de profissionalização e sobrevivência, enfrentando as mil e uma dificuldades que se levantam no caminho de quem quer fazer arte num País de desafios econômicos ainda elementares. Perdi o rumo da porta em relação a qualquer idealismo no cinema. Procuro, naturalmente, manter uma certa integridade e o respeito a princípios que considero básicos, não só com respeito ao cinema como em harmonia com uma posição na vida. Mas, quanto ao idealismo artístico estou um pouco capenga.

Evaldo — Mesmo entre os cineastas prevalece a opinião de que o cinema sério, intelectualizado, não é meio de ganhar dinheiro e que, para evitar grandes perdas, é preferível partir agora para o gênero populareresco. Até que ponto isso é verdade?

Xavier — No caso dos países subdesenvolvidos, submetidos a um processo de alienação cultural, desgraçadamente a arte de mau gosto tem maior penetração do que a que procura colocar o espectador diante do produto de um ponto-de-vista crítico da vida. A imensa maioria das pessoas, é duro dizer, não está predisposta a raciocinar em face de uma mensagem que a tela lhe envia. No geral, o espectador quer digerir sem problemas. O filme populareresco, forçosamente de baixo nível, obtém sucesso explorando o que há de mais estravagante e mesmo sórdido no ser humano. Esse tipo de película tem, inegavelmente, grande aceitação na massa.

Evaldo — Que fazer?

Xavier — Em função dessa realidade, o certo seria usar uma forma populareasca, de mau gosto, cafona, para transmitir uma visão superior e crítica da vida. Reconheço ser um tanto paradoxal expor um alto con-

teúdo num baixo continente. Mas não é impossível de fazer, nem há outra maneira.

Cinema versus Televisão

Jair — Estou sentindo uma associação estranha. Durante o Estado Novo, floresceu a chanchada com uma bem montada infraestrutura empresarial. O Cinema Novo representou um alívio, pode-se dizer uma revanche da arte. Agora, parece, vamos voltar a um clima eminentemente de negócio, com cálculo de capital empregado, previsões de lucro. Estaremos percorrendo o caminho até o ponto onde deixamos a chanchada?

Xavier — Acho que o cinema, em termos industriais, se encontra numa terrível encruzilhada na sua competição com a televisão. É preciso encontrar novas formas, como os norte-americanos que procuraram escapar pelas tangentes do Panavision, Cinemascope, etc. No Brasil, entretanto, todas as coisas acontecem depois de, em outros lugares, haver sido encontrado uma saída.

Jair — Lembre-se que uma dessas saídas é o cinema pornográfico.

Xavier — Certo. O erotismo parece ser atônica desta segunda metade do século XX. Não fosse, porém, pelos filmes eróticos e pelos western, o cinema italiano teria ido para a cucuia. Não havia Vittorio de Sica e Fellini que conseguissem fazê-lo sobreviver noutros termos. Industrialmente, é claro. O cineasta, não se esqueça, tem de apresentar coisas que a televisão não apresenta.

Jair — Este é o nosso problema também?

Xavier — A TV está solapando toda a audiência do País, propagando o que há de pior em matéria de arte e cultura. É um instrumento de alienação. Isso obriga o cinema a partir para esquemas que a máquina de fazer doido não pode montar. Aqui, o problema é mais grave, porque temos de lutar em duas frentes. Numa, está a televisão doméstica, noutra se encontra a produção cinematográfica estrangeira. Se uma película de fora apresenta uma mulher com quatro seios, temos de exibir uma com cinco. Naturalmente, estou falando em termos de competição industrial, em termos capitalistas.

Evaldo — Não acho que o erotismo seja uma saída competitiva. É um fenômeno da decadência da nossa civilização, ou melhor, do debilitamento do capitalismo. Nessa fase, o empresário começa a fazer toda sorte de negócios porque os tradicionais não dão mais lucro.

Josal — Você disse que o cinema brasileiro sofre a concorrência da produção estrangeira, ao mesmo tempo que tem de enfrentar a competição nativa da televisão. Haverá possibilidade de que sobreviva den-

tro do esquema empresarial que se conhece, ou teremos de criar outros?

Xavier — Não há sobrevivência fora do esquema tradicional. Nos Estados Unidos, por exemplo, pode-se apelar para novas fórmulas. Existe lá um circuito de cinema de arte. Assim, filmes muito herméticos têm assegurado a exibição em centenas de salas onde é grande a frequência. Não temos nada disso no Brasil e ainda demorará muito até que se criem as condições para termos.

O problema da exibição

Armênia — Esse filme comercial de que se fala depende de uma série de fatores para a sua realização. É difícil estabelecer o que o público gosta, ou não, em função do tempo de exibição. Por exemplo, o filme Vai Trabalhar, Vagabundo bem poderia ter atingido um grande público, mas foi retirado das salas de projeção em pleno sucesso, substituído por um estrangeiro que rendeu metade da bilheteria, mas que proporcionalmente dava mais lucro.

Xavier — Acontece que o exibidor é também uma vítima da produção estrangeira, dos grandes trustes internacionais do cinema, que podem cortar a sua sala da programação de um Love Story. Com o grosso das projeções é de películas de origem externa, a dependência do exibidor nativo é um fato. Já tive muita raiva dessa gente. Hoje, acredito que muitos perseguem a película nacional porque não podem ficar mal perante os fornecedores de fora. Muitos são idealistas, pois teriam muito menos penas e ganhariam mais se vendessem suas casas aos supermercados. Mas, negócio é negócio. Amigos e patriotismo ficam à parte.

Josal — O cinema nacional conta com uma certa má vontade do exibidor porque este está submetido aos interesses da produção estrangeira. Faz uma análise das pressões que o cinema brasileiro sofre nesses níveis.

Xavier — A pressão é um monstro de sete cabeças. Quando, por exemplo, um filme como Love Story é distribuído, força-se a

exibição de dezenas de outros sem nenhuma expressão artística ou possibilidade de uma boa bilheteria. O Brasil é o segundo maior importador, em todo o mundo, de películas estrangeiras. O primeiro é Singapura. Entram aqui seiscentas produções por ano. São a imensa maioria dos exibidos na televisão. Não há lei pela qual a TV seja obrigada a programar os que produzimos.

Evaldo — A produção brasileira seria suficiente para atender à demanda da televisão?

Xavier — Não pretendemos preencher todos os horários da televisão. E não somos contra o filme estrangeiro, pois em muitos deles temos bastante o que aprender. É importante que cheguem aqui filmes expressivos, de autores polêmicos. O que nos irrita é a desproteção em que vive o cinema brasileiro em face da enxurrada de produções péssimas artisticamente e alienantes no mais alto grau.

Josal — Até que ponto o governo ajuda o cinema nacional?

Xavier — E Embrafilme, que é um órgão governamental, financia as produções. Mas o dinheiro aplicado não é de dotação oficial. É gerado pela própria economia cinematográfica, por meio de taxa sobre as películas estrangeiras.

Jair — Antes desta entrevista, você fez um comentário sobre Mazaropi e eu me lembrei da literatura de cordel, que é feita para um público evidentemente ouvinte. Por que o cinema brasileiro não se baseia em problemas, emoções e situações facilmente identificáveis pelo grande público?

Xavier — É o caminho que venho procurando descobrir. Não sou contra o filme populareresco. Sou contra a falta de idéias, o baixo nível. Seria o ideal, se conseguíssemos fazer cinema com conteúdo na forma que atingisse e agradasse a grande massa. Mazaropi não faz isso, mas simples vulgaridade.

O veio folclórico

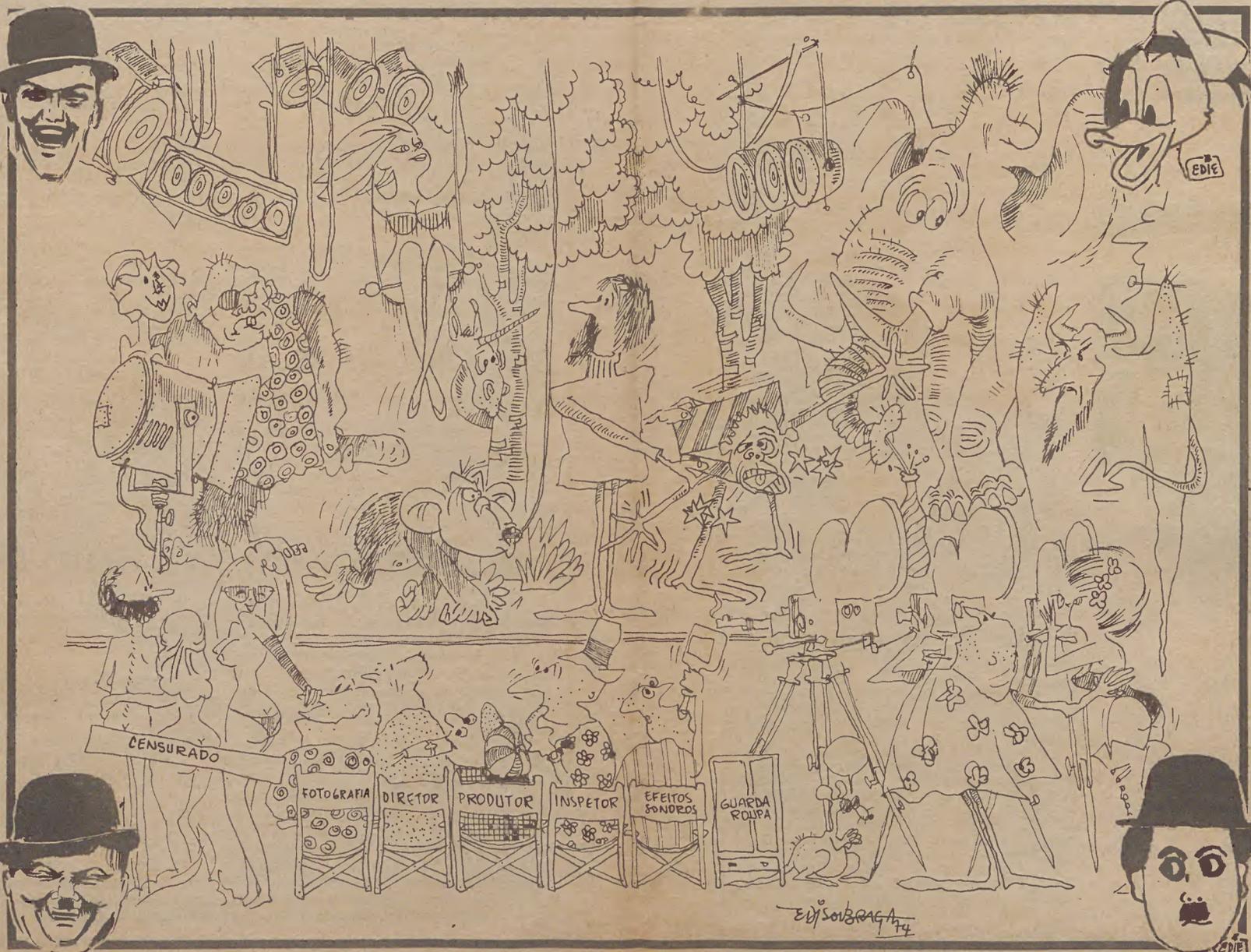
Jair — E o folclore?

Xavier — Tenho vontade de fazer um filme sobre o Cancão de Fogo, que é uma personagem nordestina meio legendária, uma espécie de Tom Jones do cinema inglês e de Pedro Malazarte. Explorando o grande veio do folclore, talvez pudéssemos fazer um filme fundamentalmente brasileiro e popular, uma manifestação sincera da história e da cultura nacionais.

Evaldo — Você disse que o público não quer pensar. Talvez queiram que ele não pense.

Xavier Há filmes feitos com esse objetivo. São mais fáceis de produzir, de muito mais baixo custo, de audiência certa e lucros contados e maiores.

Jair — Os cineastas também têm culpa no cartório. Ou fazem filmes herméticos de conscientizar gênios, ou caem na vulgaridade.



Xavier — A arte brasileira vive um impasse sério. Se é falta de conscientizar as pessoas, colocá-las diante dos seus problemas, é fracasso financeiro certo. Então, esse tipo de arte deveria ser financiado pelo governo, levando em conta o conteúdo de proposta humana, de compromisso com os nossos semelhantes. Mas essa é uma questão delicada demais.

Jair — Haveria, da mesma maneira, o problema de pagar as contas.

Xavier — É, o financiamento teria de ser pago. O concedido pela Embrafilme obedece às normas clássicas, com avais e tudo.

Josal — Estamos falando de uma estrutura empresarial acabada. Quais são as possibilidades de encontrar outro caminho e partir para uma linha direta de comunicação com o público?

Xavier — Em primeiro lugar, a censura artística deveria passar para a área do Ministério de Educação e Cultura, naturalmente com representantes da Polícia Federal, pois também problemas de segurança em jogo. O que espanta mesmo é o fato de a censura continuar regida por um código de 1946, quando nem existia televisão.

Josal — Haveria possibilidade de fugir a esse esquema empresarial baixando os custos, partindo para a produção de filmes de super-8 milímetros e deixando de lado o exibidor estabelecido? Existe um grande público a atingir nos cine-clubes, grêmios, associações, sindicatos e escolas.

Jair — O cine-clube, no Brasil é para financiar a si próprio. Vive de contribuições. Normalmente, os seus frequentadores não pagam ingresso.

Xavier — Seria espetacular, Josal, se isso fosse possível. Mas não é. Não podemos nos basear no filme super-8. Tem-se de ter laboratório, elenco de atores, cenários, etc. Tudo é muito caro. Além disso, não se consegue pagar a produção exibindo em cine-clubes. Na minha época de amador, com Escravos de Jó, não ganhei um tostão. Foi rodado no país inteiro e não me rendeu nada. O negócio é ser mesmo profissional e produzir películas para serem projetadas pelo sistema normal.

Josal — O cineasta brasileiro está enquadrado num sistema que tem por base o lucro e não pode fugir a essa condição.

Xavier — A cada dia que passa, torna-se cada vez mais impositiva a profissionalização no cinema. Atores, técnicos e tudo o mais não podem fugir a isso. O problema é grave porque, no profissionalismo, você tem de fazer filmes com os valores consagrados. Já não é assim no amadorismo, mas é preciso ter muito dinheiro para perder.

Jair — O filme de curta metragem associa a pesquisa e dá condições de rentabilidade. Em muitos países, existem diretores e produtores com toda a sua vida ligada a esse tipo de produção. Porque, no Brasil, não existe mercado para as fitas de pequena duração?

Xavier — Você tocou num ponto realmente importante. O curta metragem proporcionaria um bom campo de pesquisa, mas é massacrado no mercado brasileiro. Só por idealismo pode alguém enveredar por esse caminho. Começa que o Instituto Nacional do Cinema só classifica 28 filmes para serem exibidos durante um ano. Quem é classificado, recobra o dinheiro empregado. Quem não o é, fica a ver navios. E são mais de 28 curta-metragens de qualidade feitos anualmente no Brasil.

Fases do cinema brasileiro

Josal — Cinema Novo é um termo usado em muitos outros países, como na Suécia, Estados Unidos, França, etc. Parto da constatação de que essa fase passou, entre nós. Admite que hoje copiamos o estrangeiro. Que estamos perdendo, em termos de exportação e projeção no exterior?

Xavier — O cinema brasileiro atravessou diversas fases. A primeira foi a da chanchada, que não deve ser abominada hoje porque, em termos industriais, foi importante. Construiu um certo lastro, uma certa estrutura empresarial para a fase seguinte. Além disso, como disse um crítico, popularizou a língua nacional que muitas pessoas diziam que não dava para o cinema.

Josal — Foi nacionalista.

Xavier — Popularizou não só a língua nacional como, também, os tipos nacionais, bem brasileiros, como Oscarito, Ankitó, Grande Otelo. O Cinema Novo foi muito influenciado pela nouvelle vague e procurou romper abruptamente com a chanchada e, com isso, houve resultados bons e maus. Os bons foram pelo fato de dar um novo conteúdo ao filme brasileiro, que entrou num período sério, de pesquisa social e de afirmação do nosso homem.

Josal — E quais as más consequências?

Xavier — As de haver sido feito muito ao gosto europeu. Isso foi muito grave. O Cinema Novo era muito hermético, um tanto para francês ver. Mas essa brutal ruptura com a chanchada é compreensível. Todo movimento artístico que pretende ser revolucionário tem a tendência de renegar o passado com violência. Depois, vem o apuramento, a conciliação. Tenho a impressão de que o cinema brasileiro, hoje, está se baseando nas duas experiências. O objetivo é conquistar o público, utilizando até os recursos da chanchada como forma de comunicação de um conteúdo cultural de importância. Nesse sentido, parece-me exemplar o filme Macumaima.

Guilherme — Na maioria dos casos, parece estar havendo uma certa apelação para o lado do erotismo das comédias italianas.

Xavier — Acho que o filme erótico brasileiro existe pelos motivos que já enumerei. Temos de concorrer com a produção estrangeira. Aliás, o termo erótico está mal empregado. É pornográfico mesmo. Depois, há as chamadas pressões da vida moderna, das quais a grande maioria procura escapar através de fantasias sexuais. É um mal deste fim do século ou, como no tempo da decadência romana, de fim de civilização.

Guilherme — Mas há aspectos filmáveis dessa decadência.

Xavier — Há, mas os problemas não mudam. Depois que fiz Marcelo, Zona Sul, trabalhei numa história sobre os hippies. Pesquisei e me debrucei com sinceridade sobre o assunto, tentando compreender o fenômeno. Era um tema contraditório, de denúncia. O movimento, no meu entender, não levaria a nossa juventude a coisa alguma, como não levou. Mas não poderia ser abordado sem ternura. Depois, eu teria fatalmente de falar de tóxicos e isso me criaria situações difíceis com a censura. Desisti.

Josal — O seu filme Amante Muito Louca aborda o problema de um grupo social e é exibido para esse mesmo grupo. Representou uma concessão ou uma tentativa de, através dele, capitalizar recursos para uma segunda fase, de mudança de estrutura?

Xavier — Seria interessante que meu irmão estivesse aqui para lhe responder, pois é o diretor da fita. Infelizmente, nossa estrutura eu sou um capitalista. Emprego dinheiro num filme e quero-o de volta, com lucros, para fazer outro filme. Amante teve as melhores críticas, recebeu quatro prêmios no Rio Grande do Sul. Nós vínhamos de um grande fracasso com um filme social André, Cara e Coragem. Embarcamos em 200.000 cruzeiros. Precisávamos sair do buraco para realizar outro filme, para o qual já tínhamos financiamento. Saímos, então, para uma produção que nos permitisse manter a empresa aberta, com uma certa qualidade artística.

Josal — Nasceu, assim, Amante Muito Louca.

Xavier — Não nasceu de inspiração. Quase veio à luz num tubo de ensaio, no qual misturamos os resultados de muitas experiências, muita amargura, muitas fraquezas nos bancos. Decidimos fazer um filme de penetração popular com o qual pudéssemos ganhar dinheiro sem deixar a peteca cair. Foi a única forma encontrada para cobrir o déficit com um anterior filme de arte pela arte, com mensagem social e tudo. Fizemo-lo, porém, um bom conteúdo humano. O fato é que, em dois meses de exibição, já faturou quase um milhão. E isso sem que nos tivéssemos acorridos completamente na terra dos sapos.

AS ORIGENS DA GRANDE DESAVENÇA HISTÓRICA ENTRE A UNIÃO SOVIÉTICA E A CHINA

PRIMEIRO CAPÍTULO

Depois de trinta e dois anos escondido nos arquivos da diplomacia secreta, foi publicado na União Soviética o diário do enviado especial de Stalin a Mao Tsé-Tung. É um documento que esclarece as origens do desentendimento histórico entre os dois líderes comunistas. Traduzido do russo por Paul Delle, acaba de aparecer nas páginas do Le Nouvel Observateur, de onde também fizemos a nossa tradução, que estamos lançando apoiados no convênio internacional que permite as transcrições, desde que citada a fonte.

Por se tratar de matéria muito longa, apesar de condensada, a dividimos em dois capítulos.

Muitos antes de ser oficializado o desacordo histórico entre as duas grandes pátrias do comunismo, as relações entre Stalin e Mao estavam longe de ser cordiais. Desde 1935, ano em que ascendeu à liderança da revolução chinesa, Mao se havia tornado um problema para os dirigentes soviéticos. Em primeiro lugar, era o único chefe do Partido que não havia sido designado pelo Komintern (Terceira Internacional). Depois, nunca pôs os pés em Moscou e desalojou do secretariado toda uma equipe formada na URSS: o grupo dos vinte e oito bolshevistas.

Como Stalin pôde se acomodar com esse líder carismático, que escapava à hierarquia do Kremlin? Mais incompreensível, ainda, é o fato de ter aprovado uma linha que, a partir de 1942, se tornou ostensivamente autônoma e se opunha a toda imitação do modelo soviético. Pela primeira vez, Moscou levanta uma ponta do véu sobre os problemas que, por muito tempo, permaneceram um enigma para os historiadores, ao publicar as volumosas memórias (633 páginas) de Piotr Vladimirov: representante do Komintern em Yenan - capital do que não era mais do que a pequena China de Mao - de 1942 a 1945.

Vladimirov morreu no dia 10 de setembro de 1953, depois de haver sido consul geral em Changai e embaixador na Birmânia. O seu diário - cujos extratos apresentamos aqui - foi publicado, assim, vinte anos depois do seu desaparecimento. Pode ser que os editores tenham escolhido, no documento, somente as passagens suscetíveis de ilustrar suas teses sobre o desviacionismo maoísta. É possível, mesmo, que tenham inserido alguns capítulos tendentes a mostrar que Mao foi sempre hostil à União Soviética.

O diário pessoal de Piotr Vladimirov constitui, no entanto, um documento de grande importância, pois o seu autor teve o privilégio de assistir, em Yenan, o que os próprios chineses consideraram um grande golpe de direção na sua história: a campanha de retificação - cheng-feng - que maoísta definitivamente o Partido Comunista do antigo Celeste Império. Suas reações, em face desses desvios, são bastante reveladoras das incompatibilidades - ideológicas e humanas - existentes entre Moscou e a revolução irmã da China.

Lendo-se Vladimirov, compreende-se melhor porque Stalin havia aconselhado o Partido Comunista Chinês, em 1945-46, a não fazer a guerra contra Chang-Kai-Chek. Foi porque - segundo as próprias palavras de Mao - ele não queria permitir a China de fazer a revolução. Depois da publicação, em Moscou, desse diário explosivo, é de esperar-se que Pequim também dê à luz o seu ainda secreto dossier das relações reais entre os dois aliados distantes ao longo da Segunda Guerra Mundial.

O Diário

11 de maio de 1942

Aterrisamos num vale entre montanhas. Dolmatov, Aleiev e os camaradas chineses nos esperavam. Ao apertar a mão de Mao, este me disse: **estou muito feliz por poder saudar os companheiros soviéticos.** Indaga da minha saúde, antes de dar as boas vindas

STALIN E MAO:

INIMIGOS

CORDIAIS



aos que me acompanharam na viagem e à tripulação do avião. Volta-se para mim e informa: **Poderei recebê-lo nos próximos dias. Talvez mesmo amanhã.**

Mao faz algumas perguntas, sem pressa e ouve as nossas respostas com atenção, sorrindo. Como os outros camaradas chineses, usa túnica e calças de algodão, cheios de remendos. Kang Cheng (atual vice-presidente do Partido) me abraça. Não direi que não esteja encantado. Não consigo me descartar porém, da sensação de que - por trás das máscaras de cordialidade - se escondem inimigos dos comunistas soviéticos. Kang Cheng, por exemplo, é prudente, mas seus atos são muito eloquentes. Não duvido de que, mais cedo ou mais tarde, ele venha a ser desmascarado.

12 de maio de 1942

Esta tarde Mao Tsé-Tung me convidou e a Orlov, Rimmar e Aleiev. Recebeu-nos na sua gruta, cravada no flanco de uma ravina estreita, perto do rio, mas bem acima do nível das águas. Ao lado dele se encontravam os membros do bureau político. Depois da habitual troca de gentilezas, sem qualquer introdução, nos interrogou sobre a situação na frente de guerra soviético-alemã. Desejava saber, principalmente, quais os pontos mais estáveis e fortificados da linha de batalha. Assegurou-me que o Partido Comunista Chinês se mantinha fiel à internacional proletária, à política do front comum e que colaborava lealmente com Chang Kai-Chek. E acrescentou:

- O ensinamento de Sun Yat-sen se exprime por três princípios: independência nacional, liberdades democráticas e bem-estar do povo. Esses princípios do pai da revolução chinesa são a parte mais sagrada do programa do nosso partido.

Procura distraidamente alguma coisa nos bolsos e retira uma carteira amassada de cigarros. Lentamente, acende um. A marca é **Chesterfield**, norte-americana. E prossegue:

- O mais importante é o apoio do povo. Pode-se combater o inimigo mesmo sem armas, com paus e pedras se conta com a solidariedade das massas. Devemos lutar para melhorar a situação econômica do país, senão não teremos ninguém conosco.

Direto nos olhos

A morada de Mao se compõe de duas grutas adjacentes: As paredes são recobertas com sólidas pranchas de madeira. Ao fundo da peça, está uma escrivaninha entulhada de papéis, alguns livros e lampeões. O solo é forrado com tijolos. O chefe chinês está ligeiramente curvado e os seus olhos estão rodeados de rugas. Sente-se nele a natureza de um camponês.

A parte oficial da recepção termina com a promessa de Mao em nos ajudar na nossa missão e com louvores à sabedoria do camarada Stalin e à direção do Komintern. Ao cair a noite, os guardas acendem os lampiões. Nas paredes dançam sombras deformadas. Bebe gin holandês e nos oferece um copo de **handja**, uma bebida alcoólica destilada do sorjo. Quer saber detalhes também da saúde de Dimitrov.

Aparece sua mulher e Mao nos apresenta. Chiang Ching é delgada, vivaz e os seus olhos são castanhos e inteligentes. Ao lado do marido, parece muito frágil. É terna e se empenha em agradá-lo. Fala-nos dos atentados fracassados contra o esposo,

depois que chegou a Yen-an. E conta que, para parar os braços assassinos, o chefe chinês só precisou de olhá-los bem nos olhos.

Mao Tsé-tung ouviu em silêncio um relatório de Kang Cheng. Sob a influência do gin, o seu rosto se torna vermelho e ele transpira ligeiramente. Mas se controla admiravelmente, sem perder - por um instante que seja - o sentimento da sua dignidade. Fuma quase sem parar. Aliás, aqui se bebe livremente e todos estão sempre com um cigarro na boca. Aprendi às minhas custas. A **handja** me subiu à cabeça, mas os nossos anfitriões continuaram a nos servir, bem como a eles mesmos. Chiang Ching põe um gramofone a tocar e escutamos, discos de velhas óperas chinesas.

Mao Tsé-tung se aconchega num sofá e fica a aspirar a fumaça do seu cigarro, jogando negligentemente a cinza no chão. Compreendemos que a recepção estava terminada. Levantamos-nos para as despedidas e o anfitrião nos acompanhou até a saída. Apertando minha mão, repetiu que estava contente por termos vindo, que tinha em alto apreço os cuidados do Komintern e do camarada Stalin. Enquanto Kang Cheng sorri enigmaticamente, nos assegura que nos ajudará na nossa tarefa.

15 de maio de 1942

É preciso dissipar a desconfiança que suscita a atividade do nosso grupo de enviados. Continuamos ignorando toda a vida interna do partido chinês e sentimos que se esforçam por nos ocultar.

18 de maio de 1942

São organizadas reuniões e comícios consagrados à discussão do último discurso de Mao. Participo de alguns. Não tenho o texto e peço aos camaradas chineses que me forneçam. Ao lê-lo, fiquei estupefado. Enquanto o país estava metido numa guerra de muitos anos com o Japão, a preocupação é com problemas estritamente internos do partido, como o da **melhoria do estilo de trabalho**. Ainda que essa questão tivesse alguma importância, deveria ser relegada a segundo plano.

Com muitas reticências, me foi dito que nós, soviéticos, não seríamos convidados a ouvir os discursos dos dirigentes chineses. Num dos que li, Mao se põe a falar de sectários, dogmáticos, empiristas e subjetivistas, afirmando que esses são os piores inimigos do partido. Para o fim, a peça se torna obscura e descosida. Era impossível saber do que se tratava.

19 de maio de 1942

Eram denominados de **cheng-feng** as campanhas sobre a **ordenação de três estilos de trabalho e contra os esquemas rotineiros do Partido**. Os dirigentes lhes dão uma importância excepcional. Trata-se, naturalmente, de uma operação política, mas cuja significação - de momento - me escapa.

24 de maio de 1942

Tento descobrir porque certos camaradas chineses nos tratam com frieza, mesmo hostilidade. Das entrevistas mantidas com os dirigentes do Partido - na maioria desagradáveis - tirei a conclusão de que seu comportamento com relação a mim não é senão um aspecto de uma atitude globalmente inamistosa para com a União Soviética, cujas causas são várias. Entre estas, destacam-se as nossas derrotas militares no ano passado. Depois, Moscou não pôde ajudar a revolução na China, fornecendo armas e material militar. Guardam-nos rancor por isso e me parece ser este o principal motivo de descontentamento.

Os discursos de Mao

O fornecimento de armas - raciocina Vladimirov seria contrário aos tratados assinados com o governo central chinês (Chang Kai-chek). Provocaria a desintegração da frente comum anti-japonesa, quando seríamos acusados de intervir nos negócios internos da China. Nada impediria uma guerra civil no país. E a minha impressão é a de que Mao não queria a nossa ajuda militar para combater os nipônicos e, sim, para reforçar a sua posição na luta pelo poder na China.

28 de maio de 1942

Na avalanche dos discursos que Mao proferiu ultimamente, descobri que ele não admite que outros tenham a sua própria opinião. Esse princípio, na verdade, é de pura e simples rejeição dos valores ideológicos da nossa filosofia revolucionária. Ainda não estou absolutamente certo, mas o futuro mostrará.

29 de maio de 1942

A campanha cheng-feng adquire o caráter de



uma mobilização de massas. Além dos membros do Partido e dos militares, a população civil é levada a aprender, de **coração**, os discursos de Mao. Ele fala sobre a cultura e, principalmente, sobre a **ordenação dos três estilos**. Mergulhados numa guerra difícil, com urgentes necessidades econômicas a satisfazer e com o Japão manifestamente se preparando para atacar a União Soviética, isso me parecia um total absurdo. Mas, por trás das campanhas, alguma coisa muito séria se oculta.

1º de junho de 1942

Passo o meu tempo a estudar os discursos de Mao, inclusive os que dedica à arte e à literatura. Estou mais do que convencido de que ele dá às **teses marxistas** que cita um conteúdo particular, de todo estranho ao espírito de Marx.

4 de junho de 1942

Todas as informações são monopolizadas por Kang Cheng. É raro que se passe um dia sem nos encontrarmos. Mas ele é muito parcimonioso nos seus comentários. Agirá por conta própria ou receberá instruções, nesse sentido, do presidente do Partido Comunista Chinês?

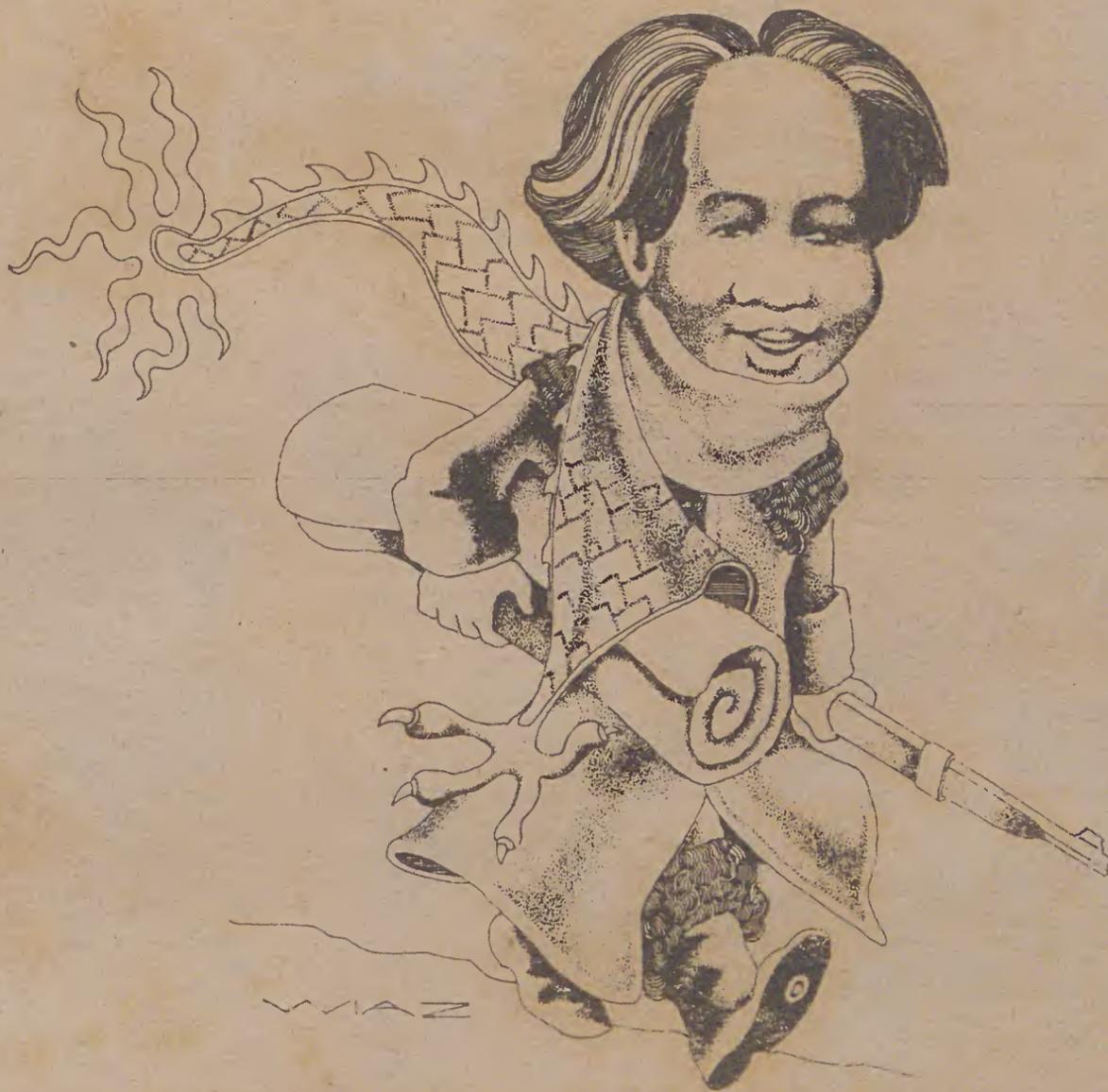
7 de junho de 1942

A lógica do desenvolvimento dos acontecimentos leva à conclusão de que a direção do Partido Comunista Chinês, com Mao à testa, procede de modo a ignorar os delegados soviéticos. É quase impossível falar com o líder supremo. Não compreendo essa atitude a meu respeito. Se estou aqui é como enviado do Komintern, uma organização revolucionária internacional que, há muitos anos, presta ajuda ao P.C.C.

O papel do Komintern na história do Partido Comunista Chinês é particularmente importante. Foi, com efeito, graças ao seu apoio que apareceram, em 1921, os primeiros círculos marxistas que iriam dar nascimento ao P.C.C. Este se formou sob a influência de um movimento liberal cuja força dominante era a burguesia. O proletariado não chegava a representar 1% da população cuja maioria era camponesa e pequeno-burguesa.

O fato é que o Partido Comunista Chinês nasceu e cresceu num período em que o proletariado ainda não se havia tornado uma classe. É por isso que erros ideológicos muitos sérios foram cometidos pelos dirigentes. Nesse caso, o trabalho de orientação do Komintern era particularmente importante, como a história o confirmou.

Próximo capítulo: A direção do Partido Comunista Chinês está ameaçada de ser presa de violenta luta interna.



A VOLTA AO MUNDO EM 7 DIAS

HIPPIES E EXISTENCIALISTAS

Para fazer face a essa imbecilidade francesa, Boris Vian escreveu um livro com uma seriedade ao mesmo tempo glacial e calorosa; o *Manual de Saint Germain-des-Prés*. Isso foi em 1950 e o trabalho é, à sua vez, um guia Michelin e Azul e uma informação de alto nível — histórica, econômica, sociológica e humana — com rápidos retratos de algumas pessoas célebres, notórias e desconhecidas.

O livro que tinha a pretensão de demolir, em nome da objetividade, a legenda mentirosa, negra e infamante do bairro, fez nascer outro — terno e roseo — publicado recentemente: *A história de Saint Germain, da Antiguidade até 1950*. Diz Boris Vian que 1950 já se tornou antiguidade. Os menores de quarenta anos se espantariam, certamente, se lessem agora o *Manual*.

Quanto aos outros — os velhos — dirão, sem dúvida, como Chateaubriand no prefácio de uma das suas obras: *Que faço neste mundo? Não é bom aqui permanecer quando os cabelos já não são longos bastante para enxugar as nossas lágrimas*. E, para recordar, irão beber um copo de vinho em Saint Germain, que encontrarão bem mudado na fisionomia, mas cujo espírito continua vivo na maneira de viver dos jovens cabeludos, sujos e vadios, que não se sabe de onde vêm e que — com toda certeza — não pensam em outro lugar para onde irem.

Para a imprensa bem-pensante e

para os jornais sensacionalistas, os *hippies* são bandos de jovens cabeludos, sujos, vadios, drogados, ignorantes, vadios. Surgem como uma vaga fedorenta, vinda de todas as partes, sem que nunca se saiba para onde vão. Os membros masculinos são impotentes ou tarados, enquanto as mulheres são frígidas ou ningômanas. Não servem para nada — segundo o conceito convencional — são violentos, dormem como mendigos e é difícil descobrir onde comem e o que. Pior do que tudo — para os quadrados — são felizes de ser assim.

Há trinta anos, quando surgiram em Paris, foram batizados de *existencialistas* só porque Sartre residia no bairro invadido pelos *hippies* e frequentava alguns bares. Assim, o espetáculo dos jovens que se divertem e amam entre si foi ligado às idéias de um escritor também não muito bem visto por jornalistas conselheiros e adultos *ranhetas*.

Existe, no entanto, uma diferença considerável entre os *existencialistas* e os *hippies*. Estes são, hoje, milhares espalhados por todos os cantos do mundo, enquanto os primeiros eram algumas centenas que se distribuíam pelos quinze ou vinte cafés, restaurantes e botequins de uma pequena área de um bairro. O curioso era que essa pequena multidão acensada em meio quilômetro quadrado se tornou objeto da curiosidade universal. Mas, na França, sempre foram olhados com hostilidade.

AMIN, O TIRANO BURLESCO

Está sendo passado em Paris um filme sobre o general Idi Amin Dada, ditador da República africana de Uganda. Quem é esse redondo soldado de poder absoluto? Para a maioria dos observadores, é um Nero negro. Mas, para o seu advogado, é ele culpado apenas de um excesso de ingenuidade.

Um dos seus perfis biográficos diz que é um *homem de cor*, antigo camponês tribal subdesenvolvido e pobre e que foi campeão de box da classe peso-pesado. Fez parte do exército colonial britânico, onde chegou a cabo. É um glutão que dá gargalhadas enquanto come, inculto e, tirano burlesco, é um humorista amargo que não despende afeição ou respeito.

O filme o apresenta como um produto do colonialismo europeu na África, como um filho inocente de uma das grandes tradições, ainda vivas, da cultura política ocidental. Sua falta mais grave seria, assim, a ter aprendido bem a lição que a grande sociedade dos Estados mundiais lhe ministrou. Tanto

pode inspirar simpatia pela sua candura como reprovação pelos maus atos que nem sonha dissimular. Chegou ao poder pelas armas, como tantos outros no mundo dito civilizado, mas que só dão motivo para serem temidos, nunca ridicularizados.

Interrogado sobre os seus princípios políticos, o general Amin responde que não é comunista, mas que toma dos comunistas o que possa ser útil. Também não é capitalista, mas arranca dos capitalistas o que lhe possa servir. E afirma categoricamente: *Não tenho nenhuma política*. Explica aos seus ministros que a sua função principal é fazer com que Uganda seja mada pelo mundo e diligenciar para que o seu presidente seja querido pelo povo. Tem a paixão dos uniformes e das condecorações. Mas, feita vista grossa à sua ingenuidade de primitivo, tem as mesmas virtudes de quantos tiranos civilizados existem sobre a face do planeta.

São Francisco dos Campos

TURISMO

O turismo, acertadamente denominado "a indústria da paz", é, no mundo moderno, uma das maiores fontes de renda para os países que compreenderam a sua verdadeira importância; e o Brasil, que dispõe das melhores condições para se beneficiar com essa atividade, nobre e pacífica, entrou no caminho exato quando, em 1967, o governo da Revolução criou a Empresa Brasileira de Turismo — a EMBRATUR.

Embora por demais modesta — apenas 8% — a porcentagem que concedeu ao turismo, mediante incentivo fiscal que as pessoas jurídicas podem retirar das suas declarações do imposto de renda e destinar a EMBRATUR, mesmo assim já se notam os resultados benéficos da oportuna resolução, resultados que se concretizam através dos mais variados empreendimentos turísticos. Entre estes, queremos aqui ressaltar "São Francisco dos Campos", a estância climatúrica pioneira do Brasil, fun-

dada em 1894, pelo Barão da Bocaina, na parte norte dos Campos do Jordão, a mais bela região do País, situada no alto da Serra da Mantiqueira, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e que agora está renascendo através da Companhia Territorial e de Turismo de São Francisco dos Campos do Jordão — TER-TUR, fundada em 1969, com esta finalidade, pelo Dr. Francisco de Paula Vicente de Azevedo, filho daquele titular, e que é o seu presidente.

A TER-TUR, com um capital autorizado de Cr\$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil cruzeiros), dos quais mais de um terço já realizados, está ativando as obras da estância, que espera ver concluídas, em sua maior parte, até o próximo ano de 1974.

"São Francisco dos Campos", situada a 1.600 metros de altitude, goza do mesmo clima e natureza da grande estância de "Campos do Jordão", à qual está ligado por

ótima estrada. Dista 225 quilômetros de São Paulo e 271 do Rio de Janeiro, a maior parte do percurso é feita pela Rodovia Presidente Dutra, até a cidade de Lorena, onde se toma a Rodovia BR-459, pela qual, passando por Piquete, se percorrem 32 quilômetros, encontrando aí a estrada que leva a "São Francisco dos Campos", na extensão de apenas 14 quilômetros, sendo este o único trecho que não é asfaltado, mas que oferece perfeitas condições de tráfego. Em "São Francisco dos Campos" se encontra uma valiosa fonte de água radioativa, cuja análise acusou a apreciável porcentagem de 11 maches; é, em suma, um lugar fadado a grande futuro.

A TER-TUR tem sua sede em São Paulo, à rua São Bento, 545, 3ª sobreloja, conj. 11 e 12, e são seus diretores, além do presidente, o Dr. João da Cruz Vicente de Azevedo, como diretor administrativo, e Jacques Perroy, como diretor técnico.

VICENTE LEPORACE



UTILIZE ESTE HOMEM.

Sua seriedade. Suas verdades, suas formas de combater as injustiças, tornaram-no uma arma. Ligue para ele. Exponha os problemas de sua rua, seu bairro, ou de sua cidade.

A VOLTA AO MUNDO EM 7 DIAS

NIXON NÃO SABE NADAR



Nixon, evidentemente, tem procurado obter êxitos na política internacional com o propósito de desviar a atenção pública do escândalo de Watergate e, mesmo, fazer com que — em face dos seus sucessos na arena mundial — o povo se sinta compensado. Não parece, porém, que a opinião interna esteja disposta a trocar — por vitórias diplomáticas — o raro espetáculo de um processo de impeachment. Os jornalistas, pelo menos, não se estão deixando sensibilizar, como o prova uma anedota que correu em Washington, durante a recente visita do hóspede da Casa Branca ao Oriente Médio.

A história parte de um movimento do presidente norte-americano naquela região do mundo e que teria sido assim descrita por um jornal europeu: **Chegado à margem egípcia do Canal de Suez, Nixon decidiu atravessá-lo. Fê-lo sobre as águas.** Alcançado o outro lado, onde não havia mais tropas israelenses, voltou ele à antiga terra dos faraós. E ainda o fez sobre as águas.

Ao ler a notícia, um jornalista americano comentou para um colega: — Puxa! Nixon não sabe nadar.

O SÁBIO, O MONSTRO, A LOUCA

Como era devido, o juiz alemão Viktor Henry Somoskeoy foi membro do partido nazista. Hoje, é um sábio que preside o tri-



bunal de grande instância da cidade de Colônia. Da sua parte, Kurt Lischka é um monstro. Antigo chefe da Gestapo em Paris, é responsável por prisões arbitrárias, torturas e principalmente, pela deportação e morte de mais de 200.000 judeus franceses. Atualmente, vive em feliz isolamento na cidade como membro importante de uma empresa de importação e exportação de cereais.

A outra figura dessa história é Beate Klarsfeld, cidadã alemã que — tendo nascido em 1939 — não viveu na era nazista. Mas, assombrada com o que aprendeu da história de seu País, entre 1933 e 1945, tomou a decisão de dar caça aos seus compatriotas assassinos que conseguiram escapar de prestar contas pelos seus crimes. E, portanto, uma louca.

O sábio acaba de condenar a louca a dois meses de prisão por haver infringido ferimentos graves ao monstro quando — num dia de março de 1971 — tentou sequestrá-lo. Na sua sentença, juiz — esquecido do seu passado nazista — diz que também reprova os métodos hitleristas. E acrescenta: **Nós vos condenamos porque a Constituição da República federal, Estado fundado sobre o Direito, nos impõe o dever de garantir a dignidade do homem, mesmo que seja um assassino.**

O magistrado prosseguiu, lembrando que o gesto de Beate Klarsfeld — cuja intenção era fazer saber o que os judeus sofreram durante o período nazista — era uma espécie de chuva no molhado, pois tudo está nos livros. O que o juiz Somoskeoy não entendeu — ou não quis compreender — foi que a moça se encontrava diante do tribunal justamente porque havia lido tudo sobre a referida época e não se conformava com o fato de estarem livres os que, à sombra do hitlerismo, praticaram os mais horrendos crimes.

Salomonicamente, o magistrado reduziu a dois meses uma pena que poderia ser até de vinte anos e, assim, salvou a sua face e da monstro que a louca tentou justificar.

EM PÂNICO O EMPRESÁRIO EUROPEU

Não é ainda a crise, diz Michel Bosquet — redator econômico de *Le Nouvel Observateur* — mas já são o medo e a revolta. E não são os trabalhadores que estão em pânico e, sim, os empresários. Na França, por exemplo, grandes e pequenos patrões estão torcendo a orelha — sem sair sangue — por terem votado em Giscard d'Estaing. Alguns chegam a dizer:

— Com o esquerdista Mitterand não teria sido pior.

A aflição é geral, pois todo o sistema está rachando. A Bolsa acusa uma baixa de 16%, desde as eleições presidenciais. Empresas poderosas vendem grandes pacotes de ações a fim de fazerem face às despesas do fim do mês. Outras, com a corda no pescoço, submetem-se a fazer empréstimos à alta taxa de 30% ao ano. O dinheiro é inencontrável em toda a Europa. O mercado do euro-dólar secou, depois da falência — com um estouro de 200 milhões de dólares — do banco germânico Herstatt. A própria Alemanha Federal deixou de ser um porto para os **petro-dólares**.

Para a economia européia chegar ao fundo do abismo basta que — em seguida a qualquer retumbante falência — os Estados petrolíferos exijam o reembolso dos fundos depositados nos bancos do Velho Mundo, a muito curto prazo. Esses fundos foram emprestados a países e firmas que não têm qualquer condição de devolvê-los imediatamente. Estará em curso uma crise do tipo da que abalou, em 1929, todo o sistema capitalista?

Os grandes banqueiros e industriais não estão certos sobre os rumos que a crise seguirá. Afirmam que essa espécie de **débacle** ocorre quando — em virtude de um acidente — o mundo dos negócios passa a se conduzir irracionalmente. O diabo é que os acidentes se fazem, cada vez, mais frequentes. O fato, mesmo, é que — numa economia de mercado — não há muitas maneiras de combater a inflação ou a depressão. Na Alemanha, a política é menos **considerativa**. O governo não teme adotar medidas de **salvação geral** que possam provocar falências em cadeia. Já quebrou o segundo banco imobiliário do País e a metade das empresas construtoras de edifícios está trabalhando muito abaixo da sua capacidade. Nos Estados Unidos, o decréscimo da atividade, nesse ramo, foi de 30% em um ano.

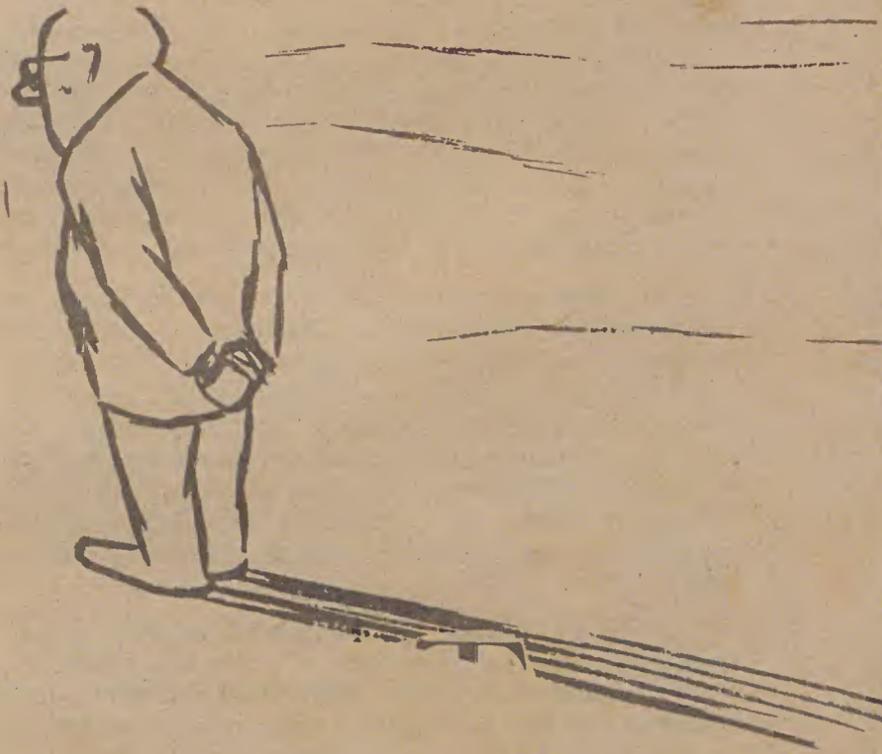
Que pode fazer o empresariado? Nada, na verdade. Teme que a crise seja inevitável e sabe que suas causas são mundiais. Sabe que, em toda parte, o capitalismo não pode manter a cabeça à tona de uma adversa corrente histórica senão por meio de concentrações, reestruturações, fechamento de empresas, compressão do consumo, achatamento dos custos e outras medidas do mesmo tipo que desencadearão, forçosamente, uma tempestade social.

UM PASSO ADIANTE

O governo israelense está a ponto de reconhecer a existência de uma entidade palestina, conforme foi anunciado em Jerusalém após três reuniões extraordinárias do conselho de ministros. Mesmo que se trate de uma manobra tática, visando a aliviar as pressões diplomática, o passo dado foi muito importante.

Sabe-se que Washington vem pedindo, de longa data, aos dirigentes israelenses que dêem prova de maior flexibilidade no tratamento do problema palestino. Desde maio último, o representante do Departamento de Estado, Joseph Sisco, vem sugerindo a Jerusalém para que proclame — como o fizeram os Estados Unidos — que todas as negociações de paz no Oriente Médio devem levar em consideração os interesses legítimos do povo palestino.

Essa nova flexibilidade não implica na concordância de se sentar, em Genebra, ao lado dos delegados da Organização de Libertação da Palestina. O ponto de vista de Jerusalém é o de que esses delegados devem fazer parte da representação da Jordânia. Ainda se está longe — como se vê — de uma tomada de posição decisiva. Mas, pela primeira vez, se ousou avançar no terreno minado. Já é uma abertura feita na muralha que, até ontem, parecia que nunca daria passagem — nos dois sentidos — para as idéias razoáveis.





TEMPESTADES NO COPO D'ÁGUA DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO

Em Londres, cantou *The Economist*. E, como os galos em noite de lua cheia ou nas madrugadas de moça roubada, O Estado de S. Paulo respondeu aqui. Muito bem informado, sem dúvida, o jornal paulista assegurou que os trustes internacionais estavam dispostos, agora, a correr no Brasil os mesmos riscos que a PETROBRÁS corre lá fora, ao assinar contratos de pesquisa e lavra do petróleo com países produtores. Nesse caso, insinuava o diário bandeirante, deveríamos revisar a lei do monopólio estatal.

Dias depois, o próprio O Estado de S. Paulo — dando título correto à matéria — publicava uma nota, lida na *Voz do Brasil*, na qual o governo informava que não estava em cogitação qualquer modificação do estatuto do petróleo. Digamos de passagem, para bem da verdade, que o jornal paulista não disse que existia, nos círculos governamentais, uma tendência nesse sentido. Apenas deduziu — com a velha lógica de caixão de sabão — que não havia outra maneira de vencermos a crise mundial do combustível senão abrindo, na estrutura da PETROBRÁS, uma brecha pela qual pudessem penetrar os capitais estrangeiros.

Mas a Folha de S. Paulo — como na anedota do cego e surdo no cinema — manifestou-se quando já tinha passado o episódio do filme que deveria ter motivado a sua exteriorização. E afirma, na primeira página, em título destacado: Política do petróleo é revista. No seu afã de prestar serviço aos interessados na abertura das portas da PETROBRÁS, não teve sequer o cuidado de colocar o verbo no futuro. Noticiou, portanto, como fato consumado, o que — no próprio corpo da matéria — esteve longe de confirmar.

Segundo a Folha, o que estaria levando (o verbo, agora no condicional) o governo a rever a política do monopólio estatal do petróleo é o fato de — além de termos de dispender, este ano, mais de três bilhões de dólares com a importação do combustível — estarmos sofrendo pressões de alguns países. Não compreendemos como capitais estrangeiros possam — se permitidos a explorar as nossas jazidas do precioso pus-da-terra — aliviar uma carga cambial imposta a todos os consumidores do mundo. Permitir-se-á que formemos reservas — tipo Delfim Neto — com os recursos dos investimentos, determinando que os mesmos, ao ingressarem no Brasil, sejam trocados por cruzeiros?

Se conseguíssemos isso — o que obrigaria as companhias estrangeiras a adquirirem equipamento nacional — ainda assim, o dinheiro vindo não daria para cobrir a diferença, num único ano, entre os nossos gastos de ontem e de hoje com a importação de petróleo. Essa diferença é de, pelo menos, dois bilhões de dólares anualmente. Haveria investimentos nessa dimensão, mesmo se tratando de atividade custodíssima como a da pesquisa e lavra do combustível mineral?

Pode ser, porém, que os trustes estejam, agora, sendo dirigidos por escoteiros — e que só a Folha de S. Paulo sabe disso. Então, estaríamos dispostos a nos fornecer petróleo pelo preço antigo até o momento de — com a sua ajuda — nos tornarmos auto-suficientes.

Quanto ao fato de estarmos sofrendo pressões de outros países no sentido de obterem um tratamento recíproco nas mesmas áreas de operação, parece que o jornal bateu em porta errada. Não somos nós, mas os produtores que devem fazer concessões em termos de reciprocidade, a menos que o que se queira é exigir de nós — nos contratos que realizarmos — que não aceitemos cláusulas de favorecimento que não seja dado, também, aos tradicionais monopolistas do combustível. O diabo, acossado, queria que nos comportássemos como anjinhos.

O Estado de S. Paulo foi mais inteligente, na colocação desse problema de reciprocidade. Deu-nos um papel vingador: agora, venham correr aqui dentro os riscos que corremos lá fora. E não feriu a sensibilidade nacional falando em pressões que estavam sendo feitas para que dançássemos de acordo com a música dos outros. Também não usou da técnica de embair o leitor apressado dizendo uma coisa no título e outra no corpo da matéria.

De cara, num título em três linhas — no alto da primeira página — a Folha de S. Paulo nos informa que a política do petróleo é revista. No texto, põe as seguintes palavras na boca do ministro das Minas e Energia: no momento, o governo não tem intenção de permitir a participação de empresas estrangeiras na pesquisa e lavra do petróleo no Brasil, mas se amanhã houver necessidade, sem ferir a lei do monopólio, poderemos estudar o assunto.

Como se vê, se alguma porta for aberta, sê-lo-á sem ferir a lei do monopólio, que a Folha diz já estar revista. Ainda mais: o sr. Ueki enfatizou — termo usado pelo próprio jornal — que essa participação jamais se fará por concessão, pois essa forma pode ter uma conotação de extra-territorialidade (expressão cunhada por nós em economia).

A própria Folha de S. Paulo tascou o balão que queria soltar. Acendeu a bucha no título e queimou o envoltório no texto do que, aliás, não era uma simples notícia. Tanto é assim que meteu o senador Luiz Cavalcanti na história — como se fez com Pilatos no Credo — relembrando um discurso feito pelo parlamentar no princípio do ano quando, ainda com o sr. Delfim Neto fazendo milagres, era de boa praxe política beijar a testa das multinacionais.

O que a opinião pública precisa saber é que — como já o disse o presidente Geisel — o monopólio estatal do petróleo é um meio e não um fim. Apenas é um meio nosso: o único de que dispunhamos para vencer a conspiração armada contra as bases do nosso desenvolvimento por essas mesmas companhias que, agora, a chamada grande imprensa tenta apresentar como salvadoras. Depois, não está excluída a participação — em termos de contrato de serviços — de empresas estrangeiras. Se é essa participação que a Folha advoga, então está chovendo no molhado. E o pagamento desses serviços pode ser feito por quotas percentuais da produção — o que quer dizer que concessões podem ser feitas, só que muito diferentes das do tipo que o ministro das Minas e Energia condenou.